

# O POTENCIAL DO TURISMO MILITAR PARA A CIDADE DO PORTO: O CASO DA SEGUNDA INVASÃO FRANCESA

**Daniela Alves**

CHIP - CIIC - ISCET

**Hélder Barbosa**

CHIP - CIIC - ISCET

**Jorge Ricardo Pinto**

CHIP - CIIC - ISCET

## **Resumo**

A segunda invasão Francesa, datada de 1809, teve um impacto bastante significativo na cidade do Porto, causando um período de estagnação em diferentes sectores, deixando marcas e cicatrizes, memórias e património que, ainda hoje, evocam esse acontecimento histórico-militar. Assim, numa vertente direccionada ao Turismo Militar, este artigo centra-se na construção de um itinerário turístico-cultural, tendo como tema central a Segunda Invasão Francesa. Para isso procedeu-se ao levantamento, a partir de um conjunto alargado de fontes documentais, das etapas de desenvolvimento do contexto urbano, dos confrontos e dos episódios bélicos, que permitissem construir o circuito temático. Com este exercício pretendemos comprovar a potencialidade do Turismo Militar no desenvolvimento da oferta turística da cidade do Porto.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Turismo Militar; Cidade do Porto; Segunda Invasão Francesa; Século XIX; Itinerário.

## **Abstract**

The Second French Invasion in 1809, caused a significant impact in the city of Porto and was one of the events that lead the city to a period of stagnation in different sectors, leaving marks and scars, memories and heritage that still evoke this military-historical event. So, regarding to Military Tourism, this article aims on the developing of a cultural itinerary based on the Second French Invasion. To do this, a research on historical facts was made, allowing then developing the itinerary, in order to demonstrate the potentiality of the Military Tourism in developing the tourism supply in the city of Porto.

## **KEY-WORDS**

Military Tourism; City of Porto; Second French Invasion; 19<sup>th</sup> century; Itinerary.

## **Introdução**

O Turismo é atualmente considerado um setor chave para a economia de vários países, incluindo Portugal. Por isso, é um setor que deve, obrigatoriamente, (saber) usar a matéria-prima que o território lhe disponibiliza, para captar a atenção do turista. O turista, por seu turno, é cada vez mais exigente, mais interessado e mais especializado, enquadrado num contexto contemporâneo de globalização, de repetição quotidiana e de semelhança acelerada entre territórios. O turista cultural e urbano é por isso tendencialmente alguém predisposto a encontrar o que é idiossincrático do lugar, habilitado a compreender a dimensão histórica e motivado a descobrir o detalhe e a raiz dos territórios, em busca de novos desafios. É neste contexto que têm surgido novas formas de lazer, catalogadas ao longo dos últimos anos em subtipos de turismo.

O tema central deste artigo debruça-se sobre o Turismo Militar, uma dessas muitas esferas em torno do setor mas que, tal como qualquer outra, tem na sua génese a cultura, sendo por isso uma forma de Turismo Cultural. O Turismo Militar, sem uma definição universal muito concreta associada, remete sobretudo para elementos tangíveis

ou intangíveis, com uma carga histórico-militar associada. Posto isto, o objetivo deste artigo será demonstrar o potencial da cidade do Porto enquanto palco de Turismo Militar, usando para isso o caso concreto da Segunda Invasão Francesa, de 1809, na criação de um itinerário turístico-cultural.

## **1. A conceptualização de Turismo Militar**

O Turismo Militar, enquanto conceito, para além de não usufruir de uma definição bem estabelecida, encerra-se num aparente paradoxo, uma vez que o turismo é, na sua essência, o contacto pacífico entre culturas, na promoção da tolerância, do respeito pela diferença e como um contributo para a “mistura” de culturas, defendida por Rio Fernandes (2013) como algo benéfico para as cidades. O Turismo é ainda defendido, por várias organizações e autores, como a indústria mundial da paz (Salazar, 2006), daí o aparente paradoxo. A UNWTO (2010) – Organização Mundial do Turismo - através do relatório *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*, define Turismo como sendo um fenómeno social, cultural e económico, relacionado com o movimento de pessoas para âmbitos diferentes dos habituais, com uma duração inferior a um ano, e por qualquer motivação exceto estar empregado no local visitado. O conceito abarca também todas as atividades desenvolvidas aquando da preparação da viagem; durante a mesma e posteriormente no destino e o conjunto de atividades produtivas que visam servir o visitante.

Esta “nova estirpe” de turismo deve-se à necessidade atual de se rotular as várias formas de turismo, de acordo com a motivação do visitante e a própria oferta: Turismo Cultural, Turismo de Negócios, Turismo de Sol-e-Praia, Turismo Náutico, entre variadíssimos outros tipos de turismo, entre eles o “novo” Turismo Militar. Ora, será que a descontinuidade entre tipos de turismo é assim tão evidente? Não terão todos os tipos de turismo, caráter cultural? O *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS, 1999), através da Carta Internacional de Turismo Cultural, dá-nos conta que Turismo Cultural é uma forma de turismo baseada na cultura do destino, que engloba as paisagens, os valores e estilos de vida, o seu património, as artes, as tradições e as atividades de lazer da população do destino, abrangendo também todas as experiências absorvidas pelo visitante. Afirmamos por isso que, qualquer tipo de turismo, independentemente da motivação do visitante, é antes de mais cultural visto conduzir a novos “conhecimentos, experiências e encontros” (Urry referido em Henriques, 1994: 47). Assim sendo, cultura e turismo não podem ser desintegrados, o que faz com que cada tipo de turismo tenha na sua génese, a cultura.

O Turismo Militar (também conhecido como Turismo de Guerra), é caracterizado por Fraga (referido em Furtado, 2002), não apenas como a visita a áreas com conflitos ativos, mas também na visita a locais que já tiveram algum acontecimento conflituoso associado e, como tal, apresentam elementos que evocam essa história sendo capazes de gerar atratividade. O Turismo Militar pode ainda surgir associado ao *Dark Tourism*, que remete para motivações turísticas “não convencionais”, associados à visita a locais com ligação à morte, ao sofrimento, à violência ou desastre (Stone e Seaton referidos em Sharpley e Stone, 2009), como é o caso de cemitérios, locais associados a eventos sobrenaturais, palcos de guerra e catástrofes naturais, entre outros.

Em suma, podemos considerar Turismo Militar, como uma forma de turismo baseada na vontade em conhecer e visitar locais com uma carga histórico-militar associada que, de certa forma, marcaram o território. Esses elementos podem ser tangíveis, como edificações militares existentes, ou até mesmo intangíveis, como acontecimentos do passado que nos foram legados até aos nossos dias.

## **2. A diferenciação e as potencialidades do Turismo Militar**

A indústria do turismo (sobre)vive em constante mutação, em curvas impostas pelo mercado. A criatividade humana e a busca incessável pela rentabilização e maximização do lucro, faz com que cada destino se esforce por estar um passo à frente do seu concorrente, aproveitando ao máximo o seu território na captação de visitantes, através da criação de produtos novos que os diferenciem. Isto gera um círculo vicioso, fazendo com que a novidade hoje, se torne obsoleta amanhã (Coelho, 2008).

Posto isto, a diferenciação assume-se então como algo imperativo no setor do turismo sendo que a podemos definir como o desenvolvimento de uma série de diferenças significativas, que permitam distinguir a nossa oferta

da dos concorrentes (Kotler referido em Niño e Gouvêa, 2003). Ainda assim, a diferenciação de um produto/serviço deve permitir aumentar o valor do produto/serviço para o cliente (Hooley et al., 2008). Ora, o Turismo Militar numa perspetiva histórico-militar propõe-se a isso mesmo: por um lado, diferenciar-se de outras ofertas já existentes e massificadas na cidade do Porto; e, por outro lado, aumentar o valor para o turista, que busca experiências novas e enriquecedoras, sendo que grande parte destes turistas, atualmente, se *“recusam viajar com programas de turismo de massa e de grande distância, próprios do turismo fordista: querem algo menos tradicional, mais diferenciado, direcionado, personalizado, variável, centrado na qualidade, na cultura e no ambiente, com valores intangíveis (...) e exigem uma inovação constante da oferta, traduzida em novos processos produtivos”* (Simões e Ferreira referidos em Furtado, 2011: 28). Tal como refere Furtado (2011: 16), a aposta neste tipo de turismo iria permitir o alargamento de novos horizontes para o setor, proporcionando o *“reaproveitamento e a revitalização de áreas turísticas já existentes, dando a conhecer novos pontos de interesse e diversificando a oferta”*. O Turismo Militar já foi alvo de reflexão por diversos organismos, inclusivamente pelo próprio Plano Estratégico Nacional do Turismo. Se tivermos em conta a revisão do mesmo plano, intitulada de *“Plano de Desenvolvimento do Turismo no Horizonte de 2015”*, o Turismo Militar já vem referido como uma aposta de projeto para desenvolver destinos turísticos (Ministério da Economia e do Emprego, 2013). Aliás, segundo o antigo Secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, o Turismo Militar é também uma potencialidade nacional, sendo *“uma solução relativamente à potencialidade que esta atividade económica [turismo] tem relativamente ao território”* (Esteves, 2010). Segundo a Opção Turismo (2012), o Ministério da Defesa Nacional pretende apostar numa rede de Turismo Militar, através do aproveitamento dos vários edifícios militares nacionais para fins de reabilitação. Ora, como podemos observar, o Turismo Militar, já vem sendo visto como algo novo, diferenciador, como uma potencialidade no território que deve ser (re)aproveitada de forma a alargar o leque de ofertas para o visitante. No caso dos eventos histórico-militares, a recuperação dessas histórias em torno desses mesmos territórios, é algo benéfico na medida em que permite recuperar, preservar e dar a conhecer ao turista eventos que se sucederam e que ficaram associados a determinados espaços num território e num dado tempo.

### 3. Caso de Estudo: A Segunda Invasão Francesa

O Porto é um destino com enorme potencial para turismo militar. Aqui ocorreram vários episódios de carácter bélico, como as invasões francesas, o cerco do Porto, a revolta de 31 de Janeiro, a revolução de 27 de Fevereiro, entre tantos outros. Dado que não nos podemos incidir sobre todos, optamos por utilizar como exemplo a Segunda Invasão Francesa, e mostrar de que forma esse evento histórico de ordem militar poderia ser utilizado para a criação de um novo produto turístico, como é caso de um itinerário turístico-cultural.

#### 3.1. Portugal e as Invasões Francesas – Os motivos

Com o fim da revolução francesa, que se iniciou em 1789, e a expansão imperialista, Portugal integrou um grupo composto por outros países europeus de forma a impor-se contra o imperialismo gaulês (Silva, 2009). Portugal foi assumindo uma posição *“neutra”*, enquanto *“as grandes batalhas e movimentações militares se desenrolavam”* longe das nossas fronteiras (Silva, 2009: 104), o que se revelou uma estratégia inteligente numa fase inicial, visto que nos mantivemos em paz com outros países. A dada altura, porém, Portugal viu-se na necessidade de tomar uma posição, em processo semelhante àquele que ocorreu em 1762 quando, no período da Guerra dos Sete Anos, Espanha e França forçaram Portugal a virar as costas a Inglaterra. Nessa altura, ao assumirmos uma posição *“neutral”*, acabamos por ser invadidos por tropas espanholas e francesas. Apesar dessa má experiência, Portugal continuou a assumir uma posição *“neutra”*, mas, em Julho de 1807, com a intimação feita por Napoleão a Portugal para cumprir o *“bloqueio continental”*, Portugal decide fechar os portos a Inglaterra, mas permitia que os ingleses continuassem a residir no território nacional. A França reagiu negativamente e a 11 de Outubro de 1807 ordena a Junot que invada Portugal, dando origem à primeira invasão que incidiu sobretudo sobre a faixa central do território português, por Castelo Branco em direção a Lisboa.

### 3.2. A Segunda Invasão Francesa

Após a tentativa falhada de Junot em encontrar a família real em Lisboa e as tropas francesas terem sido expulsas do território com a ajuda dos ingleses, Napoleão Bonaparte decidiu iniciar uma nova operação, desta feita encabeçada pelo Marechal Soult que dela teve conhecimento a 28 de Janeiro de 1809. A operação pretendia entrar no território português *“pela fronteira da Galiza, descer pelo litoral, ocupar a cidade do Porto”* (Silva, 2009: 105), a 5 de Fevereiro. Depois do Porto, a ideia seria seguir para Lisboa, com data de chegada a 16 de Fevereiro.

Alguns problemas levaram a que a estratégia fosse reformulada. Desde logo, a tentativa de se atravessar o rio Minho em Tui e em La Guardia revelou-se um fracasso, levando a que Orense fosse vista como uma alternativa, dada a ponte sobre o rio Minho que aí existia. De Orense as tropas francesas avançaram para Chaves, aproveitando a ausência de fortificações e a tradicional via de entrada no país pela alargada veiga. Uma vez em Chaves (entrada conseguida a 12 de Março), Soult optou por tomar o caminho de Braga, já que Vila Real impunha algumas dificuldades de ordem geográfica. A conquista de Braga, que ocorreu a 20 de Março, foi árdua, visto que as tropas de Soult encontraram pelo caminho uma forte oposição, quer de tropas organizadas, quer mesmo pelas populações enfurecidas. Essa conquista revelou-se também desanimadora para os franceses, já que Braga encontrava-se praticamente deserta, *“vazia de provisões”* (Silva, 2009: 106).

A cidade do Porto prometia abundância de provisões, para além de ser um ponto estratégico do plano napoleónico, mas a propagação de alguns boatos alertando para o facto de que as pontes sobre o rio Ave se encontrarem cortadas, e que na cidade do Porto os aguardava um exército de 60 mil homens, assustou o exército francês onde se contavam apenas 20 mil homens. Apesar das dificuldades que se avizinhavam, a ordem para avançar foi dada a 24 de Março (Silva, 2009). No dia 27 de Março, as tropas de Soult, *“tendo passado o Rio Ave, se achavam (...) de manhã em S. Mamede, distante uma légua desta cidade”*. Soult e os seus homens aperceberam-se contudo da *“fraqueza dos entrincheiramentos pela sua extensão e natureza e que os bandos desordenados de defensores que se mostravam em toda a linha, não lhe poderiam opor uma resistência sólida”* (Taveira, 1898: 89). Mesmo reconhecendo a sua vantagem (ainda que em menor número), Soult decidiu endereçar uma carta ao Bispo do Porto (D. António de São José e Castro) a 28 de Março, pedindo que não fosse oferecida resistência, já que as suas intenções eram boas e que apenas pretendiam livrar o país dos ingleses. No mesmo dia, Soult anunciava também que, na manhã seguinte (dia 29 de Março), pelas seis horas, iria invadir a cidade. Ao fim da tarde, quando a cidade já se encontrava conquistada, Soult condescende que o Porto fosse entregue ao saque, terminando o mesmo a 1 de Abril (Azeredo, 2004). A conquista acabou por ser fácil contrariando os boatos, dada a fragilidade da defesa e a indisciplina geral da população (Westmorland, 1820), que *“tornou inútil o seu próprio valor, e os esforços de seus oficiais”*. Aliás, antes mesmo das tropas francesas se aproximarem da cidade, *“tinham já rebentado mais de 20 canhões, velhos e ferrugentos, alguns dos muitos que haviam sido arrancados do cais da Ribeira onde serviam de amarração aos navios”* (Azeredo, 2004: 52).

No dia 22 de Abril, Sir Arthur Wellesley e o seu exército desembarcam em Lisboa, juntando-se ao pelotão comandado por Sir John Craddock, perfazendo um total de cerca de 30 mil britânicos, que tinham o objetivo de libertar o Norte das malhas francesas (Azeredo, 2004). No primeiro de Maio de 1809, Soult e as suas tropas preparavam o derradeiro ataque para a conquista da ponte de Amarante, que veio a revelar-se vitorioso para o lado de Soult, colocando os homens do General Silveira em fuga (Cruz, 1970). O mesmo autor refere que as tropas de Wellesley iam ganhando terreno à medida que seguiam para norte e, consequentemente, os invasores punham-se em debandada para a cidade do Porto, onde comunicavam a Soult as recentes movimentações do exército de Wellesley. O medo que Soult impôs aos portuenses começava a reverter contra si, visto que a 12 de Maio de 1809 *“mostrava-se (...) compreensivelmente, deveras preocupado, tendo-se mantido no seu gabinete até às dez horas”* (Cruz, 1970: 57). Entretanto as tropas inglesas chegam à cidade do Porto, e Soult limitou-se a apressar a sua retirada, sendo que, já ao final da tarde do dia 12 de Maio, encontrava-se em Baltar (Cruz, 1970). Contudo, depois de em duas horas as tropas de Wellesley terem libertado a cidade do Porto, estas focaram-se posteriormente em perseguir as tropas de Soult até à fronteira, expulsando-as de Portugal (Ramos et al., 2000), tendo sido então, o final da Segunda Invasão Francesa.



1. **A entrada dos franceses:** A 27 de Março de 1809, a cidade do Porto já estava sob a mira dos franceses. Os portuenses estavam a postos, e contavam com uma linha defensiva, dividida em 3 secções, que se estendia desde o vulgarmente designado Castelo do Queijo (Forte de São Francisco Xavier), na orla marítima, até ao Freixo, na margem do rio Douro (Vitorino, 1945). A 28 de Março de 1809, na carta em que Soult pedia ao Bispo do Porto que não fosse oferecida resistência, o marechal ameaçava: “*Se a recusais, sereis perdidos. Vós sereis vencidos, e os rios de sangue, que será derramado, recairão sobre as vossas cabeças. Eu esperarei, Senhores, a vossa resposta antes de obrar coisa alguma*” (adaptado de Basto, 1926: 32). Esse mesmo dia ficou marcado por vários testes exercidos à linha defensiva por parte das tropas francesas, contudo sem resultados. O ambiente parecia adequar-se ao momento que se vivia, tendo começado a formarem-se nuvens, e o céu carregado de um simbolismo tempestuoso e de certa forma dramático (Vitorino, 1945). Nas igrejas, os sinos tocavam a rebate, as portas permaneciam abertas, e nas naves ouviam-se “*as preces aflitivas dos fiéis, com os sermões sanguinários dos frades*” (Basto, 1926: 34). Às seis horas da manhã do dia 29 de Março, a promessa de Soult cumpria-se. As investidas iniciaram-se em toda a linha defensiva que, aos poucos e poucos, ia cedendo. O medo tomava conta das tropas e as retiradas iam-se sucedendo. Somava-se a desordem e desobediência, despoletadas pelo clima que se vivia antes da chegada das tropas francesas e do abandono da cidade, durante a madrugada, por parte do Bispo do Porto. Os flancos iam sendo reforçados, deixando a secção central cada vez mais desprotegida. Por isso mesmo, a entrada das tropas de Soult dá-se principalmente por essa secção. O caos instala-se e a população temerosa corre pela cidade, em busca desesperada de abrigo. As ruas que afluíam para a Ribeira depressa ganhavam caudal humano, principalmente a rua das Flores, a das Congostas e a rua Nova, atual do Infante D. Henrique. A travessia do rio Douro era vista como a única salvação (Vitorino, 1945).

2. **O desastre da Ponte das Barcas:** Chegando ao cais da Ribeira, a massa humana tentava a qualquer custo chegar à outra margem. Muitos viam a sua salvação na Ponte das Barcas, ponte essa de madeira, inaugurada a 14 de Agosto de 1806, da autoria de Carlos Amarante, que se encontrava sobre uma estrutura composta por 33 barcas ligadas com amarras de ferro entre si, podendo ser aberta e fechada para possibilitar a circulação quer de barcos, quer de pessoas (Cabeças e D’ara, 2001; Calisto, 2011). Contudo, a travessia do rio Douro por barco, era uma outra opção. Vários tentaram esta via, mas sem sucesso, já que depressa os barcos ficavam lotados e chegavam mesmo a afundar. Uma dessas tentativas falhadas aconteceu com Luiza Rosa d’Aguilar que, na altura, encontrava-se viúva, tendo a seu cargo alguns filhos. No dia fatídico, após ter colocado os seus filhos num barco e ao tentar entrar no mesmo, acabou por cair ao rio, o que fez com que perdesse grande parte dos seus bens, sobretudo jóias. Numa luta pela sobrevivência, conseguiu agarrar-se a um remo, e ser puxada para o interior do barco, porém, entretanto, a sua filha Maria Ana foi baleada de raspão por uma bala francesa. As tropas francesas capturam a viúva e os seus filhos e estes acabaram por ser levados à presença de Soult (Real, 2009). Luiza Rosa d’Aguilar foi casada com Francesco Todi, um violinista italiano que havia falecido em 1803, quando Luísa estava no Porto na companhia de uma criada e de seus filhos, residindo nas imediações da Rua Chã (Pereira, 1909).

#### **LEGENDA:**

- 1 – “A entrada dos franceses” (Junto ao Mercado Ferreira Borges)
- 2 – “O desastre da ponte das Barcas” (Cais da Ribeira)
- 3 – “A resistência portuense” (Terraço da Sé)
- 4 – “Os novos hospitais” (Varanda da Sé)
- 5 – “A imprensa a favor de Soult” (Esquina da R. das Flores com a R. do Ferraz)
- 6 – “A tensão vivida antes da entrada de Soult” (Largo fronteiro à Cadeia da Relação)
- 7 – “O exemplo dado pelos franceses” (Jardim da Cordoaria)
- 8 – “A breve estada de Soult” (Museu Nacional Soares dos Reis)

Soult acabou por se aperceber que estava perante a cantora Luísa Todi, e imediatamente ordenou que a viúva e os seus filhos fossem levados para casa em segurança (Real, 2009). A passagem pela Ponte das Barcas era a única forma, para além do barco, de se conseguir chegar à outra margem do Douro. Assim, a multidão que não conseguiu entrar em pequenos barcos, foi-se afunilando na ponte de forma desordeira e em pânico. Eram tantas as pessoas que tentavam a sua sorte pela ponte que *“a certa altura junto da entrada, abatidas as tábuas com o peso excessivo, e deslocadas as guardas de madeira, muitas pessoas caem ao rio”* (Vitorino, 1945: 119). Alguns autores defendem que a parte central da ponte teria sido desmantelada de forma a bloquear o avanço das tropas francesas. Na travessia da ponte entre muitos empurrões e desespero, a tragédia acabou por acontecer (Oman, 1903; Azeredo, 2004). O número de mortos foi ainda maior quando uma bateria presente na Serra do Pilar abriu fogo sobre os franceses, o que acabou por ceifar mais vidas inocentes do que propriamente a força inimiga. Entretanto, *“lançadas pranchas na ponte, passavam à outra banda [as tropas de Soult], desalojando os artilheiros”* (Vitorino, 1945: 120) que se encontravam na dita Serra do Pilar. Face a este cenário dramático, que ficou conhecido como a quarta-feira negra, as tropas francesas decidiram prestar socorro às várias pessoas que sucessivamente iam caindo ao rio (Vitorino, 1945).

**3. A resistência portuense:** Partindo da Ribeira, seguimos agora em direção ao terraço da Sé Catedral, com o apoio do Funicular dos Guindais, para pararmos junto ao Paço Episcopal, monumento datável de fins do século XVIII, cuja planta é da autoria de Nicolau Nasoni, e que foi mandado erigir pelo bispo D. João Rafael de Mendonça, que *“para esse efeito mandou demolir o complicado amontoado de casas e serventias que consistiam até então a residência tradicional dos prelados”* (Dionísio, 1985: 208). Os clérigos que ali residiam decidiram dali partir no momento em que se estava a dar a entrada das tropas francesas na cidade para se colocarem em posições nas imediações daquele local (Vitorino, 1945). Posto isto, 200 elementos da Companhia de Eclesiásticos do Porto tentaram bloquear e aniquilar as tropas de Soult que forçavam a entrada pela Rua Chã. Dada a luta desvantajosa, os eclesiásticos tiveram que abortar a defesa da rua e procurar defesas no Paço Episcopal, onde se entrincheiraram. Apesar disto, e ao contrário do Bispo D. António que virou costas ao à cidade, estes sacerdotes não se curvaram nem baixaram os braços perante a força francesa. Pelas janelas do Paço Episcopal, vários soldados franceses foram fuzilados, contudo, as portas do edifício acabaram por ser rebentadas a tiros de canhão, tendo por elas entrado *“várias companhias francesas, que tiveram de conquistar quadra a quadra, à força de cargas sucessivas, acabando por passar à espada os últimos defensores cercados por todos os lados, mas que preferiram morrer a render-se”* (Azeredo, 2004: 56). Um outro episódio que este local evoca prende-se com a Sé Catedral, edifício de origem românica, que começou a ser erguido no decorrer do século XII, no local onde antes existiria uma pequena ermida. A sua construção foi concluída já no reinado de D. Dinis, porém o edifício foi sofrendo várias modificações ao longo do tempo, ganhando uma traça barroca, fruto da influência de Nicolau Nasoni (Cabeças e D'ara, 2001; Dionísio, 1985). Quando se deu a entrada abrupta das tropas de Soult na cidade, e daí decorreu a tragédia da Ponte das Barcas, o exército francês mostrou clemência retirando das águas do Douro várias pessoas que se afogavam. No entanto, sobram muitos registos de atrocidades e vilipêndios praticados pelo mesmo exército. Como se pode explicar este facto? Consta que, segundo Marbot, os soldados franceses apenas partiram para a violência porque junto à Sé Catedral encontraram dezenas de camaradas que foram feitos prisioneiros, e que se encontravam num estado lastimável, profundamente torturados (Cardoso, 2010), que *“o povo horrivelmente mutilara, arrancando-lhes os olhos e a língua”* (Basto, 1926: 36). Ainda momentos antes da entrada das tropas francesas na cidade, a Capela do Santíssimo Sacramento da Sé Catedral revelava já a sua opulência, composta pelo retábulo, sacrário, banquetas e lamparina de prata batida. No altar encontravam-se as relíquias de S. Pantaleão, que escaparam às mãos francesas dada a astúcia de um empregado da Sé. Este, de forma a prevenir eventuais saques, revestiu todos os elementos valiosos do altar a cal, permitindo que estes passassem despercebidos ao saque francês (Raphael, 1909). Consta que o próprio Soult esteve presente no edifício da Sé Catedral no Domingo de Páscoa, atendendo aos ofícios divinos, *“quando ainda os cadáveres das pobres vítimas apodreciam insepultas em lugares vários”* (Vitorino, 1945: 143-144).

4. **Os “novos” hospitais:** Uma breve paragem neste ponto (Varanda da Sé), para além de permitir contemplar a bela paisagem sobre a cidade do Porto, permite-nos também refletir sobre as mudanças de funções que certos edifícios na cidade sofreram durante a Segunda Invasão Francesa. Como já foi referido, a entrada das tropas de Soult e os confrontos que se travaram na cidade do Porto provocaram um elevado número de doentes, fazendo com que vários hospitais (Carmo, S. João Novo, S. Francisco e S. Bento da Vitória) ficassem lotados. Face a esta complicação, era necessário tomar medidas para alojar e tratar todos os debilitados. Vários edifícios, sobretudo religiosos, mas também casas particulares, foram convertidos em centros hospitalares. Exemplo de uma dessas conversões aconteceu com o Convento/Colégio de São Lourenço, edifício fundado em 1577 pela Companhia de Jesus que, mais tarde, passou para as mãos da Universidade de Coimbra. Esta, por sua vez, vendeu, em 1780, o edifício aos frades Gracianos, “*vulgarmente conhecidos pelo nome de frades Grilos*” (Sequeira, 1902: 69). Destinou-se este convento ao alojamento de doentes convalescentes, para além de ter servido de hospital para as tropas portuguesas. O edifício serviu ainda como alojamento para os soldados franceses (Alves, 1892).
5. **A imprensa a favor de Soult:** Tal como já foi referido, Soult antes de entrar na cidade do Porto, sempre alegou em sua defesa que pretendia libertar o país da malha inglesa, e que tinha as melhores intenções para com os portugueses. Em boa verdade, a entrada violenta das tropas francesas na cidade do Porto agudizou a imagem negativa que fora criada em torno da sua personalidade. Soult procurou mudar essa imagem e cativar a simpatia do povo portuense (Cruz, 1970). Uma das formas de o fazer foi recorrer a uma publicação periódica de nome “*Diário do Porto*”. Este jornal teve, na sua génese, o nome “*O Leal Portuguez*” e a sua primeira tiragem ocorreu a 6 de Julho de 1808, sendo que a nova denominação surge na tiragem de 14 de Abril de 1809. O “*Diário do Porto*” era vendido no armazém de livros de António Alvarez, que se situava na esquina entre a Rua das Flores e a Travessa do Ferraz (atual Rua do Ferraz), que é exatamente onde este ponto de paragem se encontra. Uma leitura deste jornal permite desde logo perceber que se encontrava sob influência francesa, na medida em que se verifica um contraste na opinião em relação aos franceses, comparando o período antes da chegada de Soult e o momento em que este já se encontrava na cidade. Assim, várias eram as notícias que o exaltavam e o aclamavam com um herói que veio para salvar Portugal. Com o apoio deste jornal, Soult preparava abaixo-assinados para pedir ao Imperador de França o título de Rei do Norte (Ramos et al., 2000). O último número do “*Diário do Porto*” acontece a 6 de Maio de 1809, e o jornal só volta às tiragens a 24 de Junho de 1809, já com o nome de origem: “*O Leal Portuguez*”.
6. **A tensão vivida antes da entrada de Soult:** Encontramo-nos agora no largo fronteiro à Cadeia da Relação – cadeia que foi “*instituída no Porto em 1583 e reconstruída em 1765*” (Sequeira, 1902: 164), por ordem de João de Almada e Melo, tendo-se demolido o edifício denominado de Casa da Relação (que possuía uma cadeia anexa), que já em inícios do século XVIII se apresentava em mau estado (Dionísio, 1985). O ódio aos franceses era de tal forma intenso que se faziam verdadeiras perseguições a quem se suspeitasse simpatizar com os ideais gauleses. No dia 22 de Março de 1809, por exemplo, a casa do Chanceler Governador das Justiças (Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura) sita na rua de Cedofeita, foi invadida com o propósito de se fazerem algumas interrogações. Mesmo estando Manuel de Moura de cama, doente, acabou por ser levado para a rua numa cadeira de rodas e transportado até à Cadeia da Relação, onde foi assassinado (Vitorino, 1909). No mesmo dia, o Governador das Armas Luís de Oliveira e Costa foi também assassinado. Os perseguidores dirigiram-se à cadeia de manhã, “*tirando-o para fora quase nu, fizeram abrir as enxovias fazendo sair quase tudo, escolheram aqueles que lhes pareceram suspeitos, junto alguns franceses doentes, arrastaram tudo para o terreiro defronte da cadeia, ali os mataram, a pancadas e cutiladas, estocadas não admitindo confissão a nenhum os puseram em miserável estado, sendo os mortos treze por todos*” (Andrade referido em Dória, 1980: 54). Luís de Oliveira e Costa foi ainda arrastado pelas ruas da cidade, atravessando mesmo a ponte das barcas para o lado de Vila Nova e depois lançado ao rio. O clima tenso já se vivia antes da invasão de 29 de Março de 1809 uma vez que os franceses



possuíam “*emissários, que astutamente fizeram com que o povo desconfiasse dos que comandavam*”<sup>1</sup>, e assim conseguiram instaurar um clima de desconfiança geral. O Coronel Barão de Eben, num ofício datado de 26 de Março de 1809, descrevia que aquando da sua chegada à cidade, no dia 17 de Março, encontrou tudo “*na maior confusão; as casas fechadas, o povo a correr pelas ruas armado de piques, e espingardas*”<sup>2</sup>. No meio da confusão instalada pela chegada gaulesa, a pilhagem e o roubo foram também praticados por alguns cidadãos da cidade. Maria Margarida Máxima, segundo os autos lavrados em Junho de 1809, foi presa na Cadeia da Relação por ter tido em sua casa vários objetos de grande valor, como pratas, móveis e roupas, que supostamente terão sido oferecidos por oficiais franceses e até alguns portugueses, sendo as circunstâncias destas ofertas, desconhecidas (Cruz, 1970).

**7. O exemplo dado pelos franceses:** Aproveitamos a proximidade para fazer uma breve paragem neste ponto (Jardim da Cordoaria, antiga Praça da Cordoaria). O jornal “*O Diário do Porto*” de 6 de Maio de 1809 refere que a 3 de Maio do mesmo ano, um soldado do Regimento 19, de nome Saunier, terá sido abatido (pelas próprias tropas francesas) às 4 horas da tarde por ter maltratado Thomazia Maria, a quem provocou severos golpes na cabeça. A notícia aponta ainda que “*as intenções de Soult são de que as suas tropas sejam as primeiras e mais zelosas protetoras da segurança pública*”. Se, por um lado, a notícia permite mostrar o ambiente que se vivia na cidade, por outro, confirma o “*O Diário do Porto*” como veículo de propaganda de Soult, que com ela tenta demonstrar preocupação com o bem-estar e segurança dos portuenses.

**8. A breve estada de Soult:** O Palácio dos Carrancas (atual Museu Nacional Soares dos Reis) pode ser considerado um marco representativo da segunda invasão francesa na cidade do Porto. É um edifício de estilo neoclássico, que foi mandado edificar entre finais do século XVIII e inícios do século XIX pelos irmãos Morais e Castro (Manuel e Isidoro), sendo o projeto da autoria de José Francisco de Paiva (Alves, 2005; Dionísio, 1985). No dia 29 de Março de 1809, depois de os franceses terem vencido as defesas da cidade, Soult decretou que a cidade fosse saqueada por 24 horas pelas suas tropas. Contudo, os saques apenas cessaram a 1 de Abril. Após esta ordem, Soult instalou-se no Palácio dos Carrancas, enquanto o número de baixas resultantes dos confrontos não paravam de aumentar. No dia 29 e 30 de Março (conhecidos como quarta e quinta feira negras), terão morrido cerca de 10.000 portugueses, sendo que o número de baixas francesas se cifrará na ordem dos 500 indivíduos, valor que terá sido praticamente residual na medida em que estes dados englobam tanto feridos como mortos (Azeredo, 2004). Já no caso das baixas portuguesas, não se encontram englobados os afogados no rio Douro, cujo número é ainda hoje indeterminável (Taveira, 1898). Ali instalado, Soult percorria a cidade, nomeadamente motivado pela frequência em espaços culturais. Exemplo disso são as peças de teatro a que assistiu no Teatro de S. João, que se iniciaram a 7 de Abril, tendo-se repetido no dia 9 e 12 do mesmo mês. A 26 de Abril formou-se um grande cortejo desde a Casa da Câmara, na Praça Nova, até ao Palácio dos Carrancas, cortejo este composto de “*vários representantes da nobreza, o senado, o deão do Cabido da Sé, Luiz Pedro de Andrade Brederode, acompanhado de alguns cônegos, o cabido da Colegiada de Cedofeita, os párocos das freguesias da cidade, as Ordens Terceiras de S. Francisco e do Carmo, os Colégios dos Órfãos e de Nossa Senhora da Lapa, o D. Prior dos Cruzios da Serra do Pilar, a comissão dos viveres, a Junta da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, (...) trinta negociantes, a casa dos Vinte e Quatro, os empregados da Alfandega e, finalmente, o corpo da Relação com o corregedor Frederico*” (Alves, 1908: 62). O cortejo foi organizado pelo próprio Soult, Duque da Dalmácia, com intuito de criar um contexto para um discurso que invetivava a população a obedecer às suas ordens, pelo menos enquanto Napoleão não escolhesse um governador para o país.<sup>4</sup> No meio do seu discurso, eram vários os “*Viva o Rei Nicolau!*” (o nome completo de Soult era Nicolas Jean de Dieu Soult), por parte de rapazes que eram

1 “*Correio Braziliense*” – de Maio, 1809.

2 Idem.

3 “*Diário do Porto*” – 14 de Abril de 1809

4 “*Diário do Porto*” – 29 de Abril de 1809

pagos para o efeito. Os momentos gloriosos de Soult no Porto estavam, contudo, prestes a terminar. Ia correndo a mensagem que as tropas anglo-lusas marchavam a passo acelerado em direção ao Porto. Na madrugada de 12 de Maio, a Ponte das Barcas foi mandada destruir e os barcos atracados na Ribeira, para que o exército de Wellesley não os aproveitasse. Soult, já fisicamente e psicologicamente debilitado, decidiu repousar pois pensava estar protegido do avanço das tropas anglo-lusas. Mesmo sem ponte, o exército de Wellesley conseguiu atravessar a margem do rio Douro, graças à coragem de uns lavradores que, dentro de um pequeno barco (que passou despercebido por se encontrar entre uns arbustos), conseguiram chegar à outra margem e trazer consigo quatro barcas. Wellesley, ao ter conhecimento deste precioso feito, anunciou desde logo: “*Pois bem, passem as tropas, que poderem ir nesses barcos*” (Taveira, 1898: 154). Ao meio dia, Soult era acordado e avisado de que o exército de Wellesley já se encontrava na cidade a combater (Cruz, 1970). Soult, ainda desorientado, “*sabedor de que já pela rua de S. João entrava Wellesley, tomando uma resolução desesperada e reunindo as suas forças, abalou com elas em hábil retirada pela estrada de Valongo*” (Alves, 1908: 92), deixando para trás vários doentes e feridos, arsenal, e os próprios saques que foram efetuados (Azeredo, 2004). As tropas de Soult, seguindo pela estrada de Valongo, passaram na Ponte das Patas, situada no “*antigo lugar de Mijavelhas, também designado por Campo Grande, Feira dos Bois ou Poço das Patas no princípio do século XIX*” (Pinto et al., 2011: 52). A retirada de Soult consta ter sido feita de tal forma apressada, que a refeição que lhe fora confeccionada, chegou a ser aproveitada por Wellesley e os seus oficiais, que também se instalaram no Palácio dos Carrancas (Cruz, 1970). No dia 13 de Maio de 1809, Wellesley, numa proclamação que fora redigida no edifício já referido, anunciava que “*as tropas francesas [tinham sido] expulsas desta cidade pela bravura, e disciplina do exército*”<sup>5</sup> que liderou. De forma a evitar a anarquia e indisciplina que imperou na cidade, Wellesley dirigiu-se aos portuenses da seguinte forma: “*ordeno, que os habitantes desta cidade permaneçam tranquilos nas suas casas, e que pessoa alguma, que não seja pertencente ao corpo militar, se apresente armada nesta cidade*”<sup>6</sup>. No mesmo dia, Wellesley decide mandar reconstruir a ponte das barcas, obra que foi feita com uma rapidez tal que, a 15 de Maio, já se encontrava apta a ser atravessada (RIBEIRO, 2009).

## Conclusão

A presença das tropas francesas na cidade do Porto no início do século XIX deixou um lastro de memórias na identidade colectiva da cidade, em evocações muitas vezes dramáticas mas extremamente ricas do ponto de vista cultural, histórico e simbólico, com um largo potencial para a sua utilização para fins turísticos. O objetivo deste artigo foi, por um lado, dar a conhecer, de forma sintética mas rigorosa, os vários espaços do Porto que funcionaram como palco privilegiado da Segunda Invasão Francesa e, por outro, a criação de um itinerário turístico-cultural assente neste levantamento histórico e geográfico.

A investigação em torno de um acontecimento histórico-militar, como foi o caso da Segunda Invasão Francesa, permitiu identificar vários pontos de interesse turístico a partir de memórias e do património material e imaterial que herdamos do período em questão, que evocam um acontecimento militar sobremaneira importante para o desenrolar da história portuguesa e da Europa. A construção deste tipo de produtos permite aproveitar os recursos da cultura local, para além de ser um produto com uma temática pouco explorada, que poderá despertar o interesse do turista que possui motivações de ordem cultural, permitindo o alargar dos seus conhecimentos e a participação numa experiência diferente.

O modelo de investigação realizado poderá ser replicado para outros acontecimentos histórico-militares que tiveram como palco a cidade do Porto, permitindo dessa forma diversificar a oferta turística da cidade.

---

<sup>5</sup> “*Correio Braziliense*” – de Junho, 1809

<sup>6</sup> Idem.

## Bibliografia

### Fontes cartográficas

Para se traçar o itinerário, recorreu-se ao Google Earth (software).

### Fontes eletrónicas

AGUIAR, Lídia et al. (2010), “*Circuito Turístico-Cultural – Porto Almadino: contributos para a criação de um negócio em Turismo*”, Percursos & Ideias, número 2, 2ª série, p.177-188. Consultado em: [http://www.iscet.pt/sites/default/files/PercursosIdeias/N\\_2/Revista2010T.pdf](http://www.iscet.pt/sites/default/files/PercursosIdeias/N_2/Revista2010T.pdf), no dia 1 de Abril de 2013.

ESTEVES, Tiago da Cunha (2010), “*Turismo militar é uma potencialidade, diz Bernardo Trindade*”, Publituris. Consultado em: <http://www.publituris.pt/2010/12/09/turismo-militar-e-uma-potencialidade-diz-bernardo-trindade/>, no dia 26 de Fevereiro de 2013.

FERNANDES, José Rio (2013), “*Crise e território, desde o Porto*”, Porto24. Consultado em: <http://opinio.porto24.pt/2013/02/23/crise-e-territorio-desde-o-porto/>, no dia 25 de Fevereiro de 2013.

FURTADO, Ana Vanessa Pereira (2011), “*Turismo Militar no Concelho de Peniche*”, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Consultado em: [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2458/1/2011.04.011\\_.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2458/1/2011.04.011_.pdf), no dia 1 de Março de 2013.

ICOMOS (2002), “*International Cultural Tourism Charter - Principles And Guidelines For Managing Tourism At Places Of Cultural And Heritage Significance*”. Consultado em: <http://www.whitr-ap.org/themes/69/userfiles/download/2013/2/28/vqev6ibfgtbbewh.pdf>, no dia 22 de Fevereiro de 2013.

ICOMOS (2008), “*The ICOMOS Charter on Cultural Routes*”. Consultado em [http://www.international.icomos.org/charters/culturalroutes\\_e.pdf](http://www.international.icomos.org/charters/culturalroutes_e.pdf), no dia 20 de Fevereiro de 2013.

Ministério da Economia e do Emprego (2013), “*Revisão do Plano de Desenvolvimento do Turismo no Horizonte de 2015*”, Plano Estratégico Nacional do Turismo, Portugal. Consultado em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>, no dia 4 de Março de 2013.

NIÑO, Fanny Mori e GOUVÊA, Maria Aparecida (2003), “*A Diferenciação na Oferta de Serviços Turísticos como Estratégia de Posicionamento de Marketing*”. Consultado em: [http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/marketing/MKT02\\_-\\_A\\_diferencia%E7%E3o\\_na\\_Oferta.PDF](http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/marketing/MKT02_-_A_diferencia%E7%E3o_na_Oferta.PDF), no dia 4 de Março de 2013.

Opção Turismo (2012), “*Portugal marcha para o Turismo Militar*”. Consultado em: [http://www.opcaoturismo.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26162:portugal-marcha-para-o-turismo-militar&catid=91:arquivados&Itemid=435](http://www.opcaoturismo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=26162:portugal-marcha-para-o-turismo-militar&catid=91:arquivados&Itemid=435), no dia 26 de Fevereiro de 2013.

SALAZAR, Noel B. (2006), “*Building a ‘Culture of Peace’ through Tourism: Reflexive and analytical notes and queries*”. Consultado em: <http://www.scielo.org.co/pdf/unih/n62/n62a12.pdf>, no dia 25 de Fevereiro de 2013.

UNWTO (2010), “*International Recommendations for Tourism Statistics 2008*”. Consultado em: [http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM\\_83rev1e.pdf](http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf), no dia 20 de Fevereiro de 2013.

### Periódicos

ALVES, Alfredo (1908), “*Os Franceses no Porto em 1809*”, Revista “O Tripeiro”, 1º ano, n.º 6 (20 de Agosto de 1908). Série I, ano I, p. 61-62; 92-93 (conclusão).

COELHO, João Pinto (2008), “*Turismo Militar – um novo conceito nacional*”, Jornal “O Templário”, Tomar, 20 de Março de 2008, Ano XIX, N.º 1004.

Jornal “A Gazeta de Lisboa” – 1 de Abril de 1809

Jornal “Correio Braziliense” - de Abril, Maio e Junho de 1809

Jornal “Diário do Porto” – 14 de Abril de 1809 e 29 de Abril de 1809

PEREIRA, Firmino (1909), “*A Invasão Francesa e a cantora Todi*”, Revista “O Tripeiro”, 1º ano, n.º 28 (29 de Março de 1909). Série I, ano I, p. 160-161.

RAPHAEL, H. (1909), “*O altar de prata da Sé*”, Revista “O Tripeiro”, 1º ano, n.º 28 (29 de Março de 1909). Série I, ano I, p. 147.

VITORINO, Pedro (1909), “*Os Jacobinos*”, Revista “O Tripeiro”, 1º ano, n.º 28 (29 de Março de 1909). Série I, ano I, p. 170-172.

### **Bibliografia**

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (2005), “*Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro*”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, I série, vol. IV, p. 135-153.

AZEREDO, Carlos de (2004), “*Invasão do Norte – 1809 – A Campanha do General Silveira contra o Marechal Soult*”, Lisboa: Tribuna da História.

BASTO, Artur Magalhães (1926), “*O Porto sob a Segunda Invasão Francesa*”, Lisboa: Empresa Literária Fluminense.

CABEÇAS, Maria da Conceição e D'ARA, Concha (2001), “*Porto Monumental e Artístico: Património da Humanidade*”, 1ª edição, Porto: Porto Editora.

CALISTO, Pedro Miguel da Silva (2011), “*Projeto de uma ponte em arco entre as ribeiras do Porto e Gaia*”, Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

CARDOSO, Rui (2010), “*Invasões Francesas, 200 anos: Mitos, Histórias e Protagonistas*”, 1ª edição, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CRUZ, António (1970), “*As invasões francesas e as suas repercussões na Cidade do Porto*”, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DIONÍSIO, José Augusto Santana (1985), “*Guia de Portugal - Entre Douro e Minho: I – Douro Litoral*”, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DÓRIA, António Álvaro (1980), “*O Porto contra os Franceses*”, Porto: Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. 35, fascículo 3-4.

HENRIQUES, Cláudia (2003), “*Turismo Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*”, 1ª edição, Lisboa: Edições Sílabo.

HOOLEY, Graham, et al. (2008), “*Marketing Strategy and Competitive Positioning*”, 4th Edition, Reino Unido: Pearson.

OMAN, Charles (1903), “*History of the Peninsular War*”, vol. II, Reino Unido: Oxford.

PINTO, Jorge Ricardo, et al. (2011), “*Bonfim: Território de Memórias e Destinos*”, 1ª edição, Porto: Junta de Freguesia do Bonfim.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (2000), “*História do Porto*”, 3ª edição, Porto: Porto Editora.

REAL, Manuel Luís (2009), “*O Porto e as Invasões Francesas: Exposição Comemorativa do Bicentenário das Invasões no Porto*”, Porto: Câmara Municipal do Porto.

RIBEIRO, Jorge Martins (2009), “*A invasão da Cidade do Porto, em 1809, pelo exército do marechal Soult, duque da Dalmácia*”, O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular, volume II, p. 81-98, Lisboa: Exército Português.

SEQUEIRA, Eduardo (1902), “*Guia Ilustrado do Porto*”, Porto: Livraria Magalhães & Moniz, Editora.

SHARPLEY, Richard e STONE, Philip R., (2009), “*The Darker Side of Travel – The Theory and Practice of Dark Tourism*”, Reino Unido: Channel View Publications.

SILVA, Francisco Ribeiro da, (2009), “*Objetivos e aspectos estratégicos da invasão de Soult*”, Revista da Faculdade de Letras, Porto, III série, vol. 10, p. 103-109.

TAVEIRA, Alfredo Pereira (1898), “*Estudo histórico sobre a Campanha do Marechal Soult em Portugal considerada nas suas relações com a defesa do Porto*”, Lisboa: Typographia da Cooperativa Militar.

VITORINO, Pedro (1945), “*Invasões Francesas: 1807-1810*”, Porto: Livraria Figueirinhas.

WESTMORLAND, John Fane (1820), “*Memoir of the Early Campaigns of the Duke of Wellington, in Portugal and Spain*”, Londres: J. Murray.